

## Juventudes e biopolítica: articulações políticas

### RESUMO

Este trabalho relaciona os conceitos de juventudes, cultura juvenil e biopolítica, visando estratégias para desenvolver educação política. Percebe-se um momento de acirrada polarização nas questões de vida nacional. Política é também produção coletiva de saberes e de governo, atividade de regradar condutas alheias. Daí nasce a importância de amadurecer espaços de apropriação de conceitos e atitudes políticas para construção do espaço público. Há várias juventudes coexistindo no Ensino Médio e, portanto, muitas problematizações e tipos de noções de juventudes sendo produzidas na escola. Ela se constitui em espaço de socialização, de contato entre as diferenças, de pluralidades e, portanto, de dispersão.

Palavras-Chave: Juventudes, Educação, Política

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os primeiros resultados e percepções de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, nos *campi* Alvorada e Viamão, com jovens estudantes de Ensino Médio. Tem por objetivo articular conceitos básicos das áreas de Ciências Humanas para apropriação de conceitos de política e da construção do espaço público, a partir de uma abordagem sócio filosófica e da diversidade, para e a partir das juventudes que circulam nesses *campi*.

O conceito de juventude é bastante diverso e depende muito do ponto de partida de sua definição. Uma das possibilidades que permitem articulá-lo é considerar faixa etária. Assim, no caso do Brasil, consideram-se jovem as pessoas entre 15 e 24 anos de idade, momento que se entende passam a adquirir capacidade de procriar, concomitantemente aos sinais de ter menos necessidade de proteção por parte da família, começa a assumir responsabilidades e a buscar independência, além de outros sintomas corporais e psicológicos (DAYRELL, 2003). Há um alargamento do tempo da juventude, já que pode ser compreendida como estilo de vida e não somente como uma fase de transição.

As juventudes são múltiplas, por isso prefere-se utilizar a palavra no plural, já que apenas uma descrição não daria conta das possibilidades de ser jovem. Estudos de Dayrell (2003, 2007, 2009) são referência para essa multiplicidade. Mostram jovens em diversos contextos sociais, em que cada um tem percepções

próprias acerca da sua juventude, levando-nos a considerar que não é possível trabalhar com generalizações. Utilizar a palavra no plural é uma forma de tentar incluir as várias possibilidades que possam haver dos modos de ser juventude.

Considerando a multiplicidade das juventudes que compõe o Ensino Médio da escola, o atual cenário político, a propagação de notícias falsas e a participação política dos jovens, articular os conceitos de juventudes, biopolítica e educação tornam-se tarefa necessária. A escola é espaço público, acolhe a diversidade, lida com vidas e, portanto, é espaço político com todos os tipos de consequência que existem em sê-lo assim.

## **CONTEXTOS DE JUVENTUDES NA ESCOLA**

Pesquisas relacionadas à juventude ou aos jovens descrevem diversas características dessa fase como sendo de conflito, de rebeldia, de transição, de transformação do que se é para o que se pretende ser. Estudos como os de Dayrell (2007) e de Sposito (1997) sobre jovens são realizados no interior da escola, espaço em que a juventude pode ser percebida na produção de sentidos sobre o mundo. A escola também pode ser responsável pela criação da noção de juventude, da mesma forma que a juventude reinventa a escola como lugar de sociabilidade juvenil

Trabalhos que tratam das culturas juvenis trazem contribuições sobre os grupos sociais aos quais estes jovens pertencem (SCHMIDT, 2006; MAIA, 2010; PEREIRA, 2011; SANTOS, 2006), sendo possível identificar diversas visões ou imagens dos jovens brasileiros, construções sociais e de si que são feitas nessa etapa da vida, além das inúmeras representações que as juventudes assumem enquanto categoria de análise. Pesquisas como a de Leão, Dayrell e Reis (2011) e Souza (2006), mostram a importância que os jovens atribuem aos projetos de vida, que seriam uma ação do indivíduo em escolher entre os futuros possíveis, transformando seus desejos e as fantasias que lhe dão substância em metas a serem perseguidas, representando assim, uma orientação no rumo de vida. Relacionando os projetos de vida e a escola, os jovens em suas narrativas, denunciam a falta de relação entre o currículo e seus contextos sociais, o que torna a escolha do futuro mais difícil, já que são diversas possibilidades de escolha, sendo trabalho, família ou o ensino superior. Nesse sentido, um primeiro apontamento é o da necessidade de pensar nas relações entre os jovens, a educação, a escola e os

espaços que eles frequentam, bem como o encontro dessas juventudes, sua convivência, a construção de espaço público e a sua condição social e política.

A partir da década de 1990, com expansão do ensino público, as escolas passam a receber uma quantidade muito grande de estudantes, oriundos de diferentes contextos sociais e que trazem consigo experiências de desigualdade, preconceito, pobreza e exclusão. De certa maneira, acaba no interior da escola a reprodução de uma estrutura social, muitas vezes excludente, com conflitos e contradições, despertando novos desafios que necessitam ser superados pela escola e pela educação.

Não bastassem os elementos destacáveis para cada indivíduo, a partir do momento em que começa a fazer parte da escola, o indivíduo participa de uma instituição com regras, em que há convivência com diferenças. Nela, convivem culturas, contextos, formas de ser jovem. O estranhamento ao diferente torna-se, então, campo propício para o atrito e para construção enriquecedora das diversidades realidades. A escola é, assim, importante espaço no processo de socialização e de produção de identidades, culturas juvenis e espaço social, ou seja, passa a ser espaço político, de decisões simultaneamente individualizantes e socializantes. A partir desses vieses de convivência social, o entendimento acerca das juventudes presentes no espaço escolar é possível a partir de sua localização e entendimento a partir do mundo em que vivem, as formas como entendem o mundo, como entendem as relações sociais e quais horizontes almejam. (SCHWETNER; FISCHER, 2012).

O inciso III do § 1º no Artigo 36 da LDB/ 96 diz que é diretriz para o Ensino Médio “*o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania*”. Na construção da cidadania, são fundamentais os entendimentos sobre as relações entre indivíduo e sociedade, instituições, a participação política, sistemas de poder, regimes políticos, conhecimento, verdade e democracia. O desafio está em permitir que jovens possam se apropriarem desses conceitos, capazes de permitir entendimento da complexidade do mundo, do espaço público e de sua construção coletiva.

Os tempos e arranjos de sala de aula não são suficientes para articular esses vários conceitos, implicados na elaboração da complexidade das relações humanas no âmbito público. Ao mesmo tempo, é possível pensar na possibilidade de

metodologias, reflexões e atividades facilitadoras da compreensão das diferenças, das realidades da vida, dos porquês das condições de existência dos sujeitos.

Seria benéfico, pois, utilizar olhares amplos, por assim dizer, para entender a construção do espaço político e criar estratégias de apropriação da construção do espaço público, social e político por parte das juventudes.

## **ENCONTROS**

A escola (como ideia geral do espaço, uma vez que sabe-se que essa instituição exista em pluralidades) entendida como ambiente público por suas características e dinâmicas é, por isso mesmo, espaço político. E, uma vez que possui relação direta com as maneiras e modos de ser das juventudes, é biopolítica, governo da vida de pessoas, seja alimentando, seja retraindo os modos de ser que a ela se dirigem. O jovem e as várias juventudes estão inseridos em vários ambientes sociais e suscetíveis aos seus vários apelos.

O olhar dos indivíduos sobre si mesmos aponta para seus anseios, projetam-nos a um futuro em determinados contextos de vida. Veem-se interpeladas a produção de futuro, preparação profissional e outras de suas finalidades, e a percepção por parte dos jovens de que não há uma relação entre o currículo escolar e seus contextos sociais.

A primeira possibilidade é perceber a escola como espaço público e político. Nesse sentido, para pegarmos o currículo como exemplo, mas não desconsiderando os elementos de cultura institucional, a organização escolar e possibilidade ou não de participação dos jovens na produção desse espaço já mexem com vida mesma desses sujeitos. O ambiente escolar como forma de organização de condutas e limitação ou possibilidade de realização de projetos de vida é, portanto, governos de vidas. É, por isso, espaço de produção e reprodução de biopolíticas.

O segundo ponto a se considerar é que a escola é, por excelência, pública. Assim o é não somente quando consideramos sua fonte de financiamento, sinônimo de estatal. A escola é pública porque contém em seus espaços e funcionamentos uma representatividade da realidade da multiplicidade social. Há na escola o contato com os estamentos, as problemáticas, as desigualdades, as contradições, os aniquilamentos, a seriação, o regramento, a moral, as representações, os conflitos,

as subjetividades. Aí estão sua força e seu maior desafio: no interior da escola, ampliado e ecoado, estão os mesmos modos de organização de vida dispersos no conjunto social.

O desafio passa ser dar suporte e ampliar os olhares que as juventudes têm sobre si mesmas, articulados com o macro para além deles. Pode-se dizer que a escola é importante já de saída como *locus* de encontro, de ver-se diante de visões e realidades de mundo. A escola é dispersão. Pública porque seuscita debate político. O contato com vários “diferentes” torna a escola a *ágora* por excelência.

Por fim, não obstante as ideias legislativas insistentes em excluir Filosofia e Sociologia do Ensino Médio, as duas ciências são fortes aliados na compreensão do espaço público, das formas e modos de sua apropriação e na compreensão da democracia. A escola é espaço público, portanto político, portanto biopolítico, e faz se encontrarem as várias possibilidades de juventudes. E essa é uma de suas forças, o que torna esse espaço tão rico de possibilidades.

O encontro das várias juventudes na escola obriga a discussão política, seja na apropriação curricular, seja no respeito às diferenças, seja nos projetos de futuro, seja na articulação desse espaço como o restante da sociedade. E é nesse espaço que se tem a premissa de discussão, produção de saber, experimentação, rearticulação, reorganização, questionamentos, revisões.

O Ensino Médio é o encontro de várias juventudes em uma forma de existência de espaço público que se organiza como espaço de governo de vidas. Os indivíduos se veem frente a uma instituição com seus próprios modos de funcionamento. No momento, o projeto que articulamos consegue perceber o potencial das juventudes no espaço público. Traz à tona a necessidade de suscitar a discussão sobre participação política, inerente à condição humana. Não é possível ser neutro na escola, porque qualquer atitude, seja omissão, seja participação, constroi o espaço público, seja no reforço ou na rebeldia de suas regras.

## **OBRAS DE APOIO CONCEITUAL**

BARCELOS, Karla Vello Meyrelles. **Culturas Juvenis numa escola pública de ensino médio: novos usos, novos cenários.** TESE (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BAUMAN, Zygmund; May, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLO, Silvio. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 48-65, jan.-abr. 2012.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Política e Trabalho*, **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA DE APOIO**

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL, Lei 9.694 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em 20/06/2018.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), v. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SCHWERTNER, Suzana F.; FISCHER, Rosa M. B. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.01, p.395-420, mar. 2012.